

Orçamento da União passa de Cr\$ 88 trilhões em 85

O presidente Figueiredo enviou, ontem, ao Congresso, o projeto do orçamento geral da União para 1985, composto pelas receitas e despesas do Tesouro Nacional e de entidades da administração indireta e fundações, estimando a receita em Cr\$ 88.872 trilhões e fixando a despesa em igual importância. Deste montante, Cr\$ 82.316 trilhões constituem receita do Tesouro, cujo crescimento, em relação à receita reestimada para o corrente ano, de Cr\$ 31.750 trilhões, foi de 159,2%, em termos nominais.

Do lado da receita, a maior contribuição será dada pelo imposto de renda, que arrecadará Cr\$ 29,9 trilhões, quase três vezes a receita estimada para este ano, de Cr\$ 10.850 trilhões, enquanto do lado da despesa manteve o presidente a diretriz de não contemplar projetos novos e de dar ênfase à área social, que receberá o montante de Cr\$ 18.246 trilhões.

Projeção

As despesas com pessoal e encargos sociais chegarão a Cr\$ 11.851 trilhões e não deverão crescer em termos reais, ou seja, descontando a inflação, projetada em 120% para o próximo ano, enquanto as transferências para os Estados, municípios e o Distrito Federal chegarão no próximo ano a Cr\$ 19.393 trilhões.

Para a reserva de contingência, destinada a atender despesas extraordinárias, inclusive com seca, enchentes e inundações, o governo destinou a Cr\$ 10.921 trilhões, estipulando em Cr\$ 9.698 trilhões os encargos financeiros da União.

Ao elaborar o orçamento para este ano, o governo fixou a receita em Cr\$ 21.586 trilhões, porém, antes de completados três meses de vigência da lei orçamentária, uma mensagem foi enviada ao Congresso, reestimando a receita em Cr\$ 31.750 trilhões, com um acréscimo de Cr\$ 10.163 trilhões. Esse excesso de arrecadação, conforme explicou, na ocasião, o ministro do Planejamento, Delfim Netto, resultou de alterações feitas na legislação do Imposto de Renda, as quais resultaram num acréscimo de arrecadação deste tributo, dos Cr\$ 6.720 trilhões inicialmente previstos, para Cr\$ 10.850 trilhões reestimados.

Estimativa

Este ano, ao aprovar exposição de motivos do ministro do Planejamento, dispondo sobre a montagem do projeto do orçamento da União para 1985, o presidente da República acolheu a estimativa feita pelo ministro Delfim Netto, de Cr\$ 63,1 trilhões para a receita. A proposta foi feita em maio, porém, no final de agosto, ao encaminhar o projeto de lei orçamentária ao Congresso, a Seplan, já sugeriu uma receita quase Cr\$ 20 trilhões acima de sua previsão feita 90 dias antes.

Uma análise comparativa da receita proposta para este ano e o próximo mostra que o imposto de renda cada vez mais se firma como o carro chefe da arrecadação tributária, enquanto os outros tributos vão perdendo sua participação relativa na composição da receita. O Imposto Sobre Produtos Industrializados que, na reestimativa feita para este ano, deverá contribuir com Cr\$ 5 trilhões, no próximo terá

uma arrecadação de Cr\$ 13.350 trilhões, enquanto o Imposto sobre Operações Financeiras deverá arrecadar Cr\$ 4,5 trilhões no próximo ano, contra uma estimativa de Cr\$ 3,5 trilhões em 1984.

Os demais impostos manterão um crescimento nominal em torno de 100%, em relação à previsão de receita para este ano, inclusive as taxas e contribuições, como a Taxa Rodoviária Única, a Taxa de Melhoramento dos Portos e as sobretarifas de telecomunicações. As exceções ficam por conta da cota de previdência, estimada em Cr\$ 2.430 trilhões em 1985 contra uma previsão de Cr\$ 700 bilhões este ano, fato explicado inclusive pelo aumento da alíquota incidente sobre a estrutura de preços dos combustíveis derivados de petróleo.

Novo governo

O governo que tomará posse em 15 de março de 1985 não deverá ter grandes reclamações quanto às dotações de recursos para a chamada área social. É o caso, por exemplo, da função desenvolvimento regional que terá recursos em 1985 superiores a Cr\$ 16 trilhões 347 bilhões, significando crescimento de 414 por cento em relação à proposta orçamentária original aprovada em dezembro último pelo Congresso.

Para os setores de Educação e Cultura, apresentará crescimento nominal no aporte de recursos em 312 por cento (Cr\$ 7 trilhões 826 bilhões), uma melhora considerável comparando-se com 1984 quando os recursos disponíveis originalmente atingiram a Cr\$ 1 trilhão 897 bilhões. No setor de Energia e Recursos Minerais serão alocados recursos de Cr\$ 3 trilhões 819 bilhões (aumento de 280 por cento sobre os Cr\$ 1 trilhão e 3 bilhões alocados originalmente no orçamento pelo Governo. No caso da Defesa Nacional e Segurança Pública, o incremento de recursos será de 237 por cento com uma verba para 1985 de Cr\$ 4 trilhões 986 bilhões. Já a Previdência Social não teve crescimento importante, pois o incremento previsto é de apenas 175 por cento, representando Cr\$ 7 trilhões 826 bilhões.

Saúde

As dotações para saúde (incluindo saneamento) e para educação e cultura registram o maior crescimento nominal no projeto do orçamento da União para 1985.

O orçamento foi elaborado, segundo a exposição de motivos do presidente Figueiredo, levando-se em consideração quatro premissas básicas: o crescimento da economia mundial, o crescimento do produto interno do Brasil, promovido sobretudo pelos setores industriais vinculados à exportação, à agricultura e à extração mineral; a queda das taxas de crescimento dos preços em decorrência do programa de ajuste interno adotado; e uma significativa redução do déficit em transações correntes do país, devido ao crescente saldo da balança comercial.

Além do orçamento fiscal, o governo vai aprovar mais dois orçamentos: o monetário, que discrimina as contas de receita e despesa das autoridades monetárias, e o das estatais, que dispõe sobre as fontes e usos de recursos de cerca de 350 empresas do governo.